

Ano 5 | nº 20 | Dezembro 2014

SINAL PLURAL

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central



XXVI AND

Sindicalismo, cidadania e
BCB na Amazônia

ECONOMIA

A matemática de
Marilda Sotomayor

REFORMA POLÍTICA

Pauta do movimento
social de 2015



Saúde, prosperidade e sucesso!

Que 2015 venha repleto de

Bons Sinais



São os votos do

SINAL

SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL



Uma boa notícia para os servidores do Banco Central do Brasil fecha o ano de 2014: em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 147/2012 teve seu parecer aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

A PEC, do deputado Amauri Teixeira, do PT baiano, também servidor de carreira de Estado, fixa parâmetros para o grau máximo de remuneração das carreiras do sistema financeiro: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência de Seguros Privados e Superintendência Nacional de Previdência Complementar. O texto estabelece que o subsídio de “grau ou nível máximo” dos ocupantes de cargo de nível superior corresponda a 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal.

A aprovação representa um grande passo da categoria para alcançar o topo do Executivo, uma das principais bandeiras do Sinal nesses 26 anos de sua criação e às vésperas do 50º aniversário da autoridade monetária nacional, em março de 2015.

No mesmo dia, obtivemos, os servidores públicos, outra vitória, embora parcial, a aprovação na Câmara dos deputados, em primeiro turno, da PEC 170/2012, de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), que garante e unifica as regras de aposentadoria integral por invalidez ao servidor público. No dia 16, por unanimidade, a PEC também foi aprovada em segundo turno, seguindo agora para o Senado Federal, onde deverá ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) e, posteriormente, pelo Plenário da Casa.

Ainda há muito por fazer, e, para o próximo ano, nossas batalhas pelos direitos do funcionalismo serão ainda mais duras. Um ano de dificuldades econômicas e grandes cobranças da população por seus direitos a serviços públicos de qualidade.

O Congresso Nacional, renovado em mais de 40%, se apresenta com um perfil mais conservador, com redução das bancadas representativas dos movimentos

sociais. A nova composição e a presença de seis novos partidos, totalizando 28, será uma grande barreira para a desejada reforma política.

Voltado às pendências de comissões de inquérito, que investigam as denúncias contra a usurpação do dinheiro público, O grande desafio será restaurar a credibilidade das instituições. Essa luta passa pelo debate sobre a reforma política, reivindicada por milhares de assinaturas coletas pelo movimento social. Nesta edição, artigo do diretor de Relações Externas do Sinal, Luís Carlos Paes de Castro, esclarece pontos a serem discutidos pelas entidades e congressistas.

Apresentamos um pouco das discussões da XXVI Assembleia Nacional Deliberativa (AND), realizada em novembro, em Manaus. Pela primeira vez nesses 26 anos de fundação, o Sinal viu sua assembleia ser aberta com audiência pública no Poder Legislativo. O encontro, na Assembleia Legislativa do Amazonas, reuniu lideranças políticas, representantes empresariais, de cooperativas de crédito, entre outros, em defesa da instalação de uma representação do BCB no Amazonas, maior Unidade da Federação, e pelo fortalecimento da mais fragilizada regional, em Belém do Pará, sede da penúltima AND, de 2012 – única representação da autarquia na imensa região Norte.

A revista traz, ainda, informações para os integrantes do Regime Jurídico Único (RJU): “Orientações em caso de falecimento de servidor regido pela Lei 8.112/1990” e encarte para os celetistas – “Orientações em caso de falecimento de servidores assistidos pela CENTRUS”.

Entre outras informações, o Clube da ASBAC em Belo Horizonte, uma das primeiras cidades planejadas do Brasil, criadora do “festival de buteco”, hoje estendido a várias cidades. Afinal, ninguém é de ferro!

Boas festas, férias e um excelente – e magnífico – ano bom a todos.

Daro Piffer
Presidente do Sinal

Sinal Plural

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal)

Sede Nacional

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo
Ed. Baracat - Asa Sul - Cep 70.309-900
Brasília - DF | Telefone: (61) 3322-8208
nacional@sinal.org.br | www.sinal.org.br

Diretoria Executiva Nacional - Biênio 2013/2015

Presidente

Daro Marcos Piffer (São Paulo)

Diretor de Comunicação

Gustavo Diefenthaler (Porto Alegre)

Diretor Secretário

Epitácio da Silva Ribeiro (Salvador)

Diretor Financeiro

Luiz Carlos Alves de Feitas (Curitiba)

Diretor Jurídico

Jordan Alisson Pereira (Curitiba)

Diretor de Assuntos Previdenciários

Sérgio da Luz Belsito (Rio de Janeiro)

Diretor de Relações Externas

Luis Carlos Paes de Castro (Fortaleza)

Diretor de Estudos Técnicos

Eduardo Stalin Silva (São Paulo)

Diretor de Assuntos Intersindicais

Iso Sendacz (São Paulo)

Diretor de QVT

José Vieira Leite (Rio de Janeiro)

Presidentes Regionais

Belém - José Flávio Silva Corrêa

Belo Horizonte - Mauro Cattabriga de Barros

Brasília - Max Meira

Curitiba - Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

Fortaleza - Uverlan Rodrigues Primo

Porto Alegre - Gustavo Diefenthaler

Recife - Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes

Rio de Janeiro - Sérgio da Luz Belsito

Salvador - Epitácio da Silva Ribeiro

São Paulo - Aparecido Francisco de Sales

Conselho Editorial

Daro Marcos Piffer

Gustavo Diefenthaler

Sérgio da Luz Belsito

Myrian Luiz Alves (jornalista responsável)

Equipe da Sinal Plural

Editora

Myrian Luiz Alves (MTb 26891/95 - SP)

Designer Gráfico

Milena Florentino da Silva

Suporte

Edemilson Santos Tavares

Jorge Manoel Custódio Júnior

Ficha Técnica

Impressão - EDISONHO EDITORA LTDA.

Tiragem - 4500 exemplares

Impresso em Papel Couchê-Capa-180gr|Mioilo- 90gr

5 ARTIGO
Reforma Política Democrática

8 SAÚDE
Alimentos contra o estresse e a depressão

10 COMPORTAMENTO
Garçom, um mojito, por favor!

11 SERVIDOR
Fenafirc integrará luta por licença classista e contra a restrição do direito de greve

Chapas apoiadas pelo Fonacate vencem eleições da Funpresp
Entidades organizam a Campanha Salarial Unificada 2015

15 ECONOMIA / EDUCAÇÃO
Nossa mente brilhante

19 SINAL
Orientações em caso de falecimento de servidor regido pela lei nº 8112 / 1990
XXVI AND - 2014

31 TURISMO / LAZER
Asbac-BH - Um recanto para o lazer e a amizade

33 SINAL
Servidores do BCB rumo ao topo do Executivo!

34 CURIOSIDADE
Homens brasileiros estão vivendo mais

35 JURÍDICO
Ações Judiciais: balanço e perspectivas

36 PRATA DA CASA
No garimpo da vida

39 CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista aprova Projeto de Lei de Greve - ou será Lei Antigreve?

41 CULTURA
O Estrangeiro, de Albert Camus, em quadrinhos



OAB, CNBB e mais de cem instituições defendem

Reforma Política Democrática

Luís Carlos Paes de Castro / Diretor de Relações Externas do Sinal

As manifestações de junho de 2013 escancararam o divórcio entre os anseios da maioria da população e a falta de compromisso do Congresso Nacional com essas aspirações, atestando a falência do atual modelo de representação política no País.

comunicação de massas, para não ir muito adiante, apontam para a necessidade de reformas estruturais que dependem da aprovação de um Congresso Nacional surdo e avesso a essas exigências da nação, daí a necessidade de uma Reforma Política que con-



Os problemas apontados nas ruas relativamente à profunda crise urbana, evidenciada na precariedade da mobilidade, na carência de espaços públicos para as mais diversas atividades sócio-recreativas e culturais, no aumento da violência etc., aliados a necessárias mudanças no sistema educacional, na saúde, no sistema tributário e na democratização dos meios de

tribua para aproximar a representação política da sociedade brasileira.

Pesquisa encomendada ao Ibope pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2013 indicou que 85% dos entrevistados se manifestaram a favor de uma Reforma Política, 78% afirmaram ser contra o



financiamento de campanha por empresas, 90% apoiaram uma punição mais rigorosa ao “caixa dois” de campanha, 56% defende-

ram que a eleição seja feita em torno de propostas e listas de candidatos e 92% opinaram a favor de um projeto de lei de reforma política de iniciativa popular.

A partir da constatação dessa realidade, 95 entidades representativas da sociedade civil (hoje são mais de cem) entre elas a OAB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Associação Brasileira de ONGs (Abong), a CUT, a CTB, a Contag, a UNE e a UBES constituíram uma articulação da sociedade brasileira denominada Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas com o objetivo de mobilizar a sociedade em torno de um Projeto de Iniciativa Popular, tal como ocorreu com o Projeto da Ficha Limpa.

A Coalizão Democrática defende uma proposta que visa ampliar a participação popular nas instâncias de poder, sem a necessidade de emendas constitu-

cionais, enfrentando quatro problemas estruturantes do sistema político atual:

- 1. O financiamento de campanhas por empresas e a consequente corrupção eleitoral.**
- 2. O sistema eleitoral de lista aberta de candidatos.**
- 3. A sub-representação das mulheres.**
- 4. A deficiente regulamentação dos mecanismos da democracia direta.**

O Projeto de Iniciativa Popular estabelece o financiamento democrático de campanha, que será viabilizado pelo Fundo Democrático de Campanha, constituído por verbas do Orçamento Geral da União, multas administrativas e penalidades eleitorais e pelo financiamento de pessoas físicas, limitado a R\$ 700 por CPF. Esta última contribuição não poderá ultrapassar a 40% dos recursos públicos destinados ao candidato.

Outra inovação importante que visa fortalecer os partidos e elevar o nível do debate de ideias nos períodos eleitorais diz respeito ao sistema eleitoral proporcional em dois turnos com voto em lista fechada. Em um primeiro turno, o voto será dado aos partidos que apresentarão suas plataformas políticas e indicarão uma lista pré-ordenada com até duas vezes o número de vagas em disputa para o cargo. Com base no coeficiente eleitoral, será definido o número de vagas conquistadas por cada partido. No segundo turno, o voto será no candidato, participando cada



partido com um número de candidatos duas vezes superior ao das vagas conquistadas no primeiro turno, sendo eleitos os mais votados nominalmente.

Assim, o eleitor vota nas propostas do partido e, em seguida no candidato de sua preferência. Os candidatos serão escolhidos pelos filiados aos partidos em prévias, supervisionadas pela Justiça Eleitoral.

O Brasil é um dos países com menor representação feminina nos parlamentos. Apesar de representarem 51,3% do eleitorado, dos 513 deputados apenas 46 são mulheres (8,96%) e entre os 81 senadores, somente 8 são mulheres (9,81%). O mesmo ocorre nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Para corrigir esta distorção, o projeto determina que nas listas apresentada pelos partidos haja alternância de gênero.

Por último, o projeto regulamenta os mecanismos de participação direta dos cidadãos previstos na Constituição de 1988, o plebiscito, o referendo e os projetos de iniciativa popular. Desde 1988, quando foi promulgada a nova Carta Magna, só foram convocadas consultas populares em 1993, quando ocorreu plebiscito sobre o sistema e forma de governo, e em 23 de outubro de 2005, quando nos

manifestamos no referendo do desarmamento. E nos estados e nos municípios? Quantas vezes você foi consultado sobre temas importantes para a sua vida e de sua comunidade? O projeto da Coalizão estabelece que concessões de serviços públicos, privatizações, construção de obras de grande impacto ambiental, entre outros, devem passar pelo crivo popular. Os projetos de iniciativa popular, por sua vez, poderão ser subscritos por meio de formulário impresso, urnas eletrônicas e assinatura digital na internet e terão rito próprio de tramitação, com urgência garantida.

A grande questão que se coloca é como garantir a aprovação desse projeto. Para isso, a Coalizão elaborou uma cartilha explicativa sobre o projeto e vem realizando inúmeros debates em todo o Brasil, procurando organizar o movimento nos mais diversos estados. A OAB, por sua vez, publicou o livro “OAB e a Reforma Política Democrática”, com artigos de renomados estudiosos do assunto, contribuindo com argumentos para o aprofundamento do debate. O momento é de divulgação da proposta e de coleta de pelo menos 1,5 milhão de assinaturas no abaixo-assinado em apoio ao projeto que deverá ser entregue no primeiro semestre de 2015 em um grande ato público em Brasília.





Alimentos contra o estresse e a depressão

Praticar esportes, mudar costumes, como os de beber ou fumar, ir mais ao teatro, ao cinema ou exposições são compromissos geralmente assumimos – para o próximo ano – às vésperas do réveillon. Nossa **Prata da Casa** desta edição, por exemplo, alivia o estresse correndo. Outros o combatem na academia ou em viagens de férias.

A nutricionista Daniela Cyrulin, de São Paulo, dá algumas dicas de alimentos que combatem o estresse, a ansiedade e a depressão, males do nosso tempo que levam, muitas vezes, à prática de ações autodestrutivas.

LARANJA

Promove o melhor funcionamento do sistema nervoso. É um ótimo relaxante muscular, ajuda a combater o estresse e prevenir a fadiga. A fruta é rica em vitamina C, cálcio e vitaminas do Complexo B. A ingestão de vitamina C inibe a liberação de cortisol, principal hormônio relacionado ao estresse no corpo.

PEIXES E FRUTOS DO MAR

Diminuem o cansaço e a ansiedade, pois contêm zinco e selênio, que agem diretamente no cérebro. Cereais integrais e chocolate (com moderação) também são ótimas fontes de zinco. O selênio também pode ser encontrado no atum enlatado e na carne de peru.





CASTANHA-DO-PARÁ

Melhora sintomas de depressão, auxiliando na redução do estresse. Também é rica em selênio, um poderoso agente antioxidante. Uma unidade ao dia já fornece a quantia diária recomendada de 350mg.

ALFACE

Substâncias encontradas principalmente nos talos das folhas, como a lactucina e lactupicrina, atuam como calmantes naturais.

ESPINAFRE E BRÓCOLIS

Previnem a depressão. Contêm potássio e ácido fólico, importantes para o bom funcionamento das células, assim como o magnésio, o fosfato e as vitaminas A e C e do Complexo B, que garantem o bom funcionamento do sistema nervoso.

ALIMENTOS RICOS EM VITAMINAS DO COMPLEXO B

Quando o estresse está presente, o corpo utiliza a glicose desordenadamente, consumindo então as proteínas do músculo como fonte de energia. O ideal então é se alimentar de alimentos ricos em carboidratos complexos e uma dose extra de proteína magra: leite em pó, queijo minas, amêndoas e carne que contém vitamina B12, ovo, leite, banana, aveia e batata, ricos em vitamina B6.

MARACUJÁ

Ao contrário do que diz a crença popular, a fruta não é calmante, mas sim suas folhas, pois contêm alcalóides e flavonóides, substâncias depressoras do sistema nervoso central (SNC), o conjunto do cérebro com a medula espinhal, responsável pela sensibilidade e pela consciência. Por isso, elas atuam como analgésicos e relaxantes musculares.





Garçon, um mojito, por favor!

A polêmica levantada pela contratação de profissionais de Cuba pelo programa Mais Médicos, do governo federal, marcou 2014. O tema provocou discussões políticas e culturais. Resgatou também semelhanças culturais entre os dois povos, alegres e apreciadores de música e um bom prato. Foi da pequena ilha caribenha que adotamos a mania de acompanhar novelas, por exemplo. A mais famosa delas entre nós, *O Direito de Nascer*, sucesso da Rádio Nacional no início da década de 1950 e de 1964 pela TV Tupi, foi escrita pelo cubano Félix Caignet. Hoje, o Brasil exporta novelas para mais de uma centena de países, como a China.

Como o tradicional mojito, famoso *drink* da Ilha, encontrado em bares de todo o país, a receita de picadinho ao modo cubano é boa pedida para o dia-a-dia. Parecido com o jeito brasileiro de preparar, esse picadinho, que leva alcaparras, é, na verdade, um prato de inspiração vêneta, ou melhor, do Norte da Itália. O acompanhamento também é igual ao nosso: arroz e mandioca (aipim) frita.

MOJITO

Ingredientes

- . 1 dose de rum branco (sugestão: Bacardi)
- . 1 colher (sopa) de açúcar
- . Suco de 1 limão
- . 1/2 copo de água com gás (cerca de 100 ml)
- . 1 ramo de hortelã (10 a 12 folhas)
- . Gelo picado a gosto

PICADINHO À CUBANA

Ingredientes

- . 1 kg de carne bovina magra moída
- . 1 xícara com azeitonas verdes descaroçadas
- . 1 colher de sopa de alcaparras
- . 2 colheres de sopa de uva passa sem caroço
- . 1 pedacinho de toucinho defumado cortado em cubinhos
- . 1 colher de manteiga
- . 1 xícara de café de óleo vegetal
- . 1 cebola média picada em cubinhos
- . 1 dente de alho bem picadinho
- . 1 pitada de cominho em pó
- . 1 pitada de orégano
- . 1 folha de louro
- . 1 cálice de conhaque
- . Salsinha bem picadinha

Preparo

Numa caçarola, aqueça bem o óleo com os cubinhos de toucinho e uma colher de manteiga. Sobre o óleo bem quente, coloque a cebola para dourar.

Coloque a carne moída com o cominho, orégano, louro e alho, para fritar.

Mexa bem a mistura e coloque as azeitonas verdes já picadas e as alcaparras.

Quando a carne estiver no ponto, despeje o conhaque e flambe. Coloque a salsinha picada, deixe descansar por alguns minutos e sirva.

Fenafirc integrará luta por licença classista

remunerada e contra restrição do direito de greve

Na quinta-feira, 4 de dezembro, o Conselho Gestor da Federação Nacional dos Servidores dos Órgãos Públicos Federais de Fiscalização, Investigação, Regulação e Controle (Fenafirc), integrada pelo Sinal, discutiu o plano de ação política e filiação da entidade à Confederação dos Servidores do Poder Legislativo e Tribunais de Contas do Brasil (Confelegis). Foi o primeiro encontro do conselho após a inscrição da Fenafirc no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), em novembro. Também já foi encaminhada a documentação para o registro sindical da federação ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Para o presidente do Sinal, Daro Piffer, a filiação da federação na Confelegis deve ser debatida com mais calma, já que as duas entidades ainda não possuem registro sindical. “Primeiro, devemos tomar as providências legais e definir nossa pauta de atuação política, depois deliberamos sobre o assunto”, afirmou.

A Fenafirc prosseguirá também na luta pela licença classista com ônus para a Administração Pública e contra a restrição do direito de greve, tema discutido no Projeto de Lei do Senado (PLS) 327/2014, em tramitação no Congresso Nacional.

Chapas apoiadas pelo

Fonacate vencem

eleições da Funpresp

As chapas compostas e apoiadas pelo Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) venceram o primeiro processo eleitoral da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), no final de outubro.

A chapa 3, Gestão e Transparência, da qual faz parte o analista do Banco Central, Joaquim Ignácio Lima, foi eleita para a gestão dos conselhos Deliberativo e Fiscal com 431 dos 826 votos válidos. Para os Comitês de Assessoramento Técnico dos Planos Executivo Federal e LegisPrev, venceram as chapas 4, Transparência e Gestão, e a 2, Unidade, respectivamente, também apoiadas pelo Fórum.

A data da posse dos novos conselheiros será designada pelo atual Conselho Deliberativo.



Conselho Gestor da Fenafirc, em reunião no Sindilegis, em Brasília

Entidades organizam a

Três dias de análises e debates movimentaram o Seminário Nacional dos Serv

Se 2014 não foi um ano de intensa mobilização para o Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais, 2015 promete muita movimentação por parte das entidades. Ao menos o primeiro passo foi dado e bem alicerçado. Três dias de debates, dezenas de entidades presentes, 22 estados do país representados, quase 300 inscritos e um só objetivo: traçar uma pauta de reivindicações que atendesse aos anseios das carreiras integrantes do Fórum. O Seminário Nacional dos Servidores Públicos Federais reuniu lideranças sindicais para discutir pontos da Campanha Salarial para o próximo ano e propostas que valorizem o trabalhador.

Empunhando a bandeira da unificação do funcionalismo federal, em defesa dos serviços públicos e deflagrando o combate às privatizações, terceirizações

e precarização dos órgãos, os presentes assistiram a explicações sobre conjuntura política e econômica e puderam expor seus pontos de vista nas reuniões em auditório e nos grupos de trabalho. O Sinal esteve bem representado por uma delegação que mesclou integrantes de diferentes regiões do país, acostumados a lidar com situações distintas no contato diário com servidores do Banco Central.

Na abertura do evento, durante os discursos de saudações, o diretor de Relações Intersindicais, Iso Sendacz, representando o Sinal, lembrou que o sindicato tem levantado índices relativos à defasagem salarial dos servidores federais nos últimos anos, o corrossômetro. Disponível no portal do Sinal, a informação é de grande valia durante a campanha.

No segundo dia do seminário, foi a vez de dar voz





Campanha Salarial Unificada 2015

servidores Públicos Federais, entre os dias 14 e 16 de novembro, em Brasília

a todos. O público foi dividido em cinco grupos de trabalho, onde seriam discutidos: a conjuntura política, o papel do Estado, as perspectivas dos servidores para a próxima gestão e itens para compor a pauta unificada do Fórum. Para o diretor de Assuntos Previdenciários do Sinal, Sérgio Belsito, a ideia era constituir um consenso, independente de posições políticas. “O objetivo é que tentemos colocar, com simplicidade, a melhor proposta para todos. Algo que nos una e que não permita iniciarmos a campanha salarial de maneira desunida”, enfatizou.

O último dia do evento foi dedicado à leitura do relatório das propostas feitas pelos grupos de trabalho. À mesa, que contou com a participação de Sérgio Belsito, o representante da CUT, Pedro Armengol, leu, ponto a ponto, o documento, seguido por inter-

venções de algumas entidades e aclamação geral. Os itens referem-se a questões salariais, condições de trabalho, negociação, atividades do Fórum e direitos de aposentadoria – no qual se inclui a luta pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC)555/2006, que elimina gradativamente a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas.

Os rumos da Campanha Salarial 2015, com a conclusão da pauta de reivindicações e do planejamento de ações, serão estabelecidos em plenária pelo Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais, em 31 de janeiro e 1º de fevereiro. Para Belsito, o evento representou uma oportunidade sem precedentes às carreiras. “O saldo é altamente positivo. E o mais importante de tudo isso é que todas as entidades puderam ouvir o clamor dos servidores”, concluiu.





Você sabia que é possível melhorar sua aposentadoria e ainda pagar menos Imposto de Renda?

Quem faz a declaração de ajuste anual do Imposto de Renda pelo formulário completo pode deduzir da base de cálculo as contribuições para a previdência complementar, até o limite de 12% da renda bruta anual.

Faça as contas e aproveite a oportunidade para usufruir o benefício. Ainda há tempo, pois você tem até 29 de dezembro para fazer aportes voluntários no Plano de Contribuição Definida - PCD da Centrus.

Se ainda não aderiu ao PCD, faça-o agora!

Veja alguns exemplos:

Discriminação	A	B	C	D
I - Remuneração mensal do servidor	16.000,00	20.000,00	21.000,00	19.000,00
Subsídio	16.000,00	17.000,00	18.000,00	16.000,00
Função comissionada	-	3.000,00	3.000,00	3.000,00
II - Renda bruta anual (não inclui 13º)	192.000,00	240.000,00	252.000,00	228.000,00
III - Limite de contribuição para a previdência complementar (12% da renda bruta anual)	23.040,00	28.800,00	30.240,00	27.360,00
IV - Participação na Funpresp	Sim	Sim	Não	Não
V - Participação no PCD Centrus (inscrição em maio/2014)	Sim	Sim	Sim	Não
VI - Contribuições para a previdência complementar (inclusive a de dezembro)	19.680,00	21.540,00	7.410,00	-
Funpresp (8,5% do subsídio)	16.320,00	17.340,00	-	-
PCD Centrus (3% da remuneração mensal)	3.360,00	4.200,00	4.410,00	-
PGBL e outros	-	-	3.000,00	-
VII - Valor de contribuição voluntária ao PCD (III - VI) para abatimento de 12% da base do IR	3.360,00	7.260,00	22.830,00	27.360,00
VIII - Estimativa de redução no Imposto de Renda (27,5%)	924,00	1.996,50	6.278,25	7.524,00

A - servidor admitido após a criação da Funpresp, sem função comissionada

B - servidor admitido após a criação da Funpresp, com função comissionada

C - servidor admitido antes da criação da Funpresp

D - servidor admitido após a criação da Funpresp, com função comissionada e que se inscrever no PCD

O PCD é uma ótima oportunidade para você começar ou melhorar a sua poupança previdenciária.

Conheça mais sobre o PCD acessando o site www.centrus.org.br.

Simule a sua situação pessoal no aplicativo da Receita Federal.

A Centrus aguarda você no PCD!



Nossa mente

brilhante



Respeitada por economistas de todo o mundo por suas formulações sobre Teoria dos Jogos, a matemática brasileira Marilda Sotomayor reúne uma constelação de laureados com o Prêmio Nobel nas celebrações por seus 70 anos

Myrian Luiz Alves / Jornalista*

Desde que os gregos clássicos conceituaram as chamadas Artes Liberais, matemática e filosofia caminham juntas. A professora Marilda Antônia de Oliveira Sotomayor, por exemplo, é uma clássica, a mais conceituada representante brasileira de uma corrente econômica fundamentada na interseção da matemática com a filosofia – a Teoria dos Jogos. Mais conhecida como área “matematizada” da economia, a Teoria dos Jogos, ou ciência da estratégia, é, em suma, o estudo da conduta humana em sociedade.

Entre nós, brasileiros, a Teoria dos Jogos pode ser observada no célebre questionamento do finado jogador de futebol Mané Garrincha ao técnico da Seleção, Vicente Feola, na Copa de 1958, durante a preparação para o jogo Brasil x União Soviética. Após ouvir a idealização dos lances do meio-campo à linha do gol, e meio desinteressado daquela futurologia, Mané soltou: “Seu Feola, mas o senhor já combinou com os

russos?” O craque alertava, com sua ingênua sabedoria, que as nossas jogadas também dependem das alheias; de outros indivíduos ou de outras equipes.

Dentro da academia, a Teoria dos Jogos vem ganhando popularidade nos últimos 20 anos, principalmente depois que o matemático norte-americano John Nash ganhou o Prêmio Nobel de Economia de 1994. Nash foi retratado no filme *Uma Mente Brilhante*, de 2001, dirigido por Ron Howard e estrelado por Russell Crowe. O filme, que ajudou a popularizar ainda mais a teoria e levou quatro das oito indicações ao Oscar, entre elas a de melhor filme, mostra a genialidade do matemático. Aos 21 anos, ele formulou um teorema e era festejado no meio acadêmico. Mas, aos 30 anos, estava debilitado pela esquizofrenia.



CIRANDA NO OLIMPO

Marilda Sotomayor pesquisa a Teoria dos Jogos desde 1970. Fundadora da Game Theory Society, participou ativamente da evolução teórica do tema quando trabalhava com David Gale, falecido em 2008. Seu mestre Gale, por sua vez, tinha um parceiro de pesquisas, Lloyd Shapley, que dividiu o Nobel de Economia de 2012 com Alvin Roth, outro teórico dos jogos. Embora já falecido, Gale teria levado também seu crédito na premiação da Academia Real Sueca de Ciências.

E como numa ciranda dançada no Olimpo, além de discípula de Gale, Marilda é parceira de Alvin Roth, professor em Harvard, com quem dividiu a autoria do livro *Two-Sided Matching: A Study in Game-Theoretic Modeling and Analysis*, de 1990, estudo que aproximou os economistas da área do matching, levando exemplos a serem aplicados em outros países, mas ainda raramente usados no Brasil. Por essa obra, Roth e Marilda receberam o Lanchester Prize de 1990, um dos mais importantes prêmios de Pesquisa Operacional, oferecido pela Operation Research Society of America. Mais tarde foram homenageados com o congresso Roth and Sotomayor: Twenty years after, da Universidade Duke, na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, alusivo aos 20 anos de publicação do livro.

Homenagem

Nascida em 1944, hoje professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Faculdade de Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (USP), Marilda é das raras especialistas no Brasil em mercados de matching, uma subárea da Teoria dos Jogos. Mais que isso, está inserida no primeiro time internacional dos formuladores dessa arte multidisciplinar.

Tanto que foi homenageada por seu aniversário de 70 anos em dois eventos no Brasil: o International Workshop on Game Theory and Economic Applications of the Game Theory Society (IWGTS 2014), ocorrido entre 24 e 31 de julho, em São Paulo, e o evento satélite promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1º de agosto, no Rio de Janeiro.

O Nobel John Nash marcou presença. Aos 86 anos, já não demonstra a esquizofrenia retratada no filme *Uma Mente Brilhante*. Foram 29 convidados para ministrar palestras, conferências e minicursos. O workshop contou com 350 inscritos, número bastante expressivo comparado ao período em que Marilda iniciou sua trajetória no mundo do matching, quando “havia apenas meia-dúzia de interessados na teoria”, como lembra a homenageada.

“Trata-se de uma demonstração do prestígio acadêmico internacional de Marilda”, destaca o economista Danilo Santa Cruz Coelho, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea e membro do Comitê Organizador do evento.



Na colação de grau como professora primária, em 1961, aos 17 anos

Marilda Sotomayor conversou com a revista *Desafios do Desenvolvimento* no fim de junho. Ainda se ressentia de uma pneumonia, mas estava mesmo preocupada com a organização do *workshop* sobre Teoria dos Jogos, quando seria homenageada. Envolvida 12 horas por dia nos preparativos do grande evento, incluindo traduzir e responder centenas de e-mails, ou escolher salgadinhos e vinho para a noite de abertura e cerimonial aos mais renomados pesquisadores do país e do exterior, Marilda comemorava a parte a ser a mais gratificante do encontro: a presença das pessoas, o carinho dos colegas.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Já aos nove anos, estudante da quarta série, ganhou a “melhor nota de matemática”

das escolas públicas do distrito de Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, na época capital da República. O critério usado era a soma das notas das provas mensais com as de julho e do fim do ano. Recebeu o prêmio e o dinheiro estava dentro de um envelope. Ao chegar em casa, entregou-o à mãe, parceira dos exercícios diários, dizendo: “A senhora guarda para quando eu ficar velhinha; é para os meus netos”. Não foi atendida. Hoje, Marilda acredita que o dinheiro foi gasto em coisas domésticas. O desejo de “resolver problemas” sempre a acompanharia.

Graduada em Matemática pela UFRJ, em 1967, mestre em Matemática pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), em 1972, Marilda Sotomayor é doutora em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Editora associada da revista *International Journal*



Com David Gale, em Berkeley, durante seu primeiro pós-doutorado



Com Alvim Roth, em 2010

“um camarada”. O termo, mais corrente no ambiente acadêmico, é atribuído à parte de um grupo de pessoas esclarecidas que trabalham em conjunto como pares na busca do conhecimento. Com seu mestre David Gale, aprendeu a buscar descrever com tranquilidade seus argumentos e demonstrações diante dos alunos. “Era uma arte”, lembra. Com ele, “embora com exposições mais longas, a teoria e seus exemplos ficaram mais fáceis de serem compreendidos”.

of Game Theory, ela acumula, entre outros títulos, pós-doutorados no Institut des Hautes Études Scientifiques (França), na University of Pittsburgh (EUA) e na University of California – Berkeley (EUA). Além da livre docência em Economia na FEA/USP.

Marilda costuma dizer que, entre as muitas premiações que recebeu, a mais prestigiosa foi a de ter sido eleita *fellow* da Econometric Society, em 2003. A entidade contribui desde 1933 para o avanço da teoria econômica com a estatística e a matemática. Um *fellow* é “um igual” ou



Em seu gabinete na USP

*Editora da Sinal Plural. Reportagem publicada na revista *Desafios do Desenvolvimento*, do Ipea, em outubro de 2014.



Orientações em caso de falecimento de servidor regido pela lei nº 8.112/1990

Prezados colegas,

Ninguém quer a morte; só saúde e sorte. Assim disse o poeta Gonzaguinha.

No corre-corre do nosso cotidiano, saúde e sorte são a nossa busca, e a vida não nos concede tempo para pensar no “pior”, como chamamos o seu fim.

Temos (pré)ocupações demais, momentos alegres e tristes, mas fato é que estamos habitualmente despreparados, não só do ponto de vista emocional, mas também no aspecto prático, quando nos deparamos com a morte.

Naturalmente, nós do Sinal desejamos vida longa, saudável e feliz a todos os colegas. Paralelamente, no entanto, sabemos, por dever de ofício, como é atorador, para os que ficam, adotar as

providências burocráticas que se fazem necessárias quando um servidor do BCB falece.

Creemos estar prestando um serviço de utilidade, em conformidade com nosso propósito de trabalhar pelos colegas em questões que os afetam diretamente, por oferecer um pequeno manual de providências a serem adotadas por familiares se e quando tal acontecer.

O roteiro diz como obter a certidão de óbito e relaciona documentos e passos para solicitação de Auxílio-Funeral e pensão para seus eventuais beneficiários.

Fala também sobre como requerer os variados seguros e pecúlios, e ainda sobre a adesão do dependente ao PASBC.

Diretoria do Sinal.

Se quiser, destaque e guarde esse encarte.

CERTIDÃO DE ÓBITO

Para que uma certidão de óbito seja emitida, são necessários os procedimentos abaixo:

- Obter, do médico responsável, o atestado de óbito;
- Reconhecer, no cartório de notas, a firma do médico que atestou o óbito;
- Levar o atestado ao Cartório de Registro Civil e solicitar a Certidão de Óbito;
- Tirar cópias autenticadas da Certidão de Óbito.

AUXÍLIO-FUNERAL

- É pago à família do servidor falecido;
- São consideradas como família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual;
- Equipara-se ao cônjuge o companheiro (a), que comprove união estável como entidade familiar;
- Corresponde a um mês da remuneração ou provento a que o servidor faria jus no mês do seu falecimento;
- Quando o servidor acumular cargos, o auxílio corresponderá ao de maior remuneração;
- O auxílio é pago no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumário, à pessoa da família que custeou o funeral;

- Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado em até o valor equivalente o limite de um mês da remuneração ou do provento;

- Quando o falecimento de servidor, em serviço, ocorrer fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta do Banco Central.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REQUERER O AUXÍLIO:

- Requerimento, entregue pelo beneficiário à representação do Depes nas Regionais ou ao Depes/Dipar/Suate, em Brasília;
- Certidão de óbito;
- Identidade e CPF dos beneficiários;
- Nota fiscal, em nome do requerente, que comprove as despesas;
- Informações bancárias dos beneficiários (Banco, Agência e conta corrente).

Obs.: A cópia dos documentos poderá ser autenticada por servidor do Banco Central.





PENSÃO POR MORTE LEI Nº 8.112/1990 E 10.887/2004

- A vigência é a partir da data do óbito;
- Corresponde à totalidade da remuneração ou proventos do servidor, na data anterior ao óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, hoje R\$ 4.390,24 (em 2014), acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela que exceder a esse limite. (art. 2º da Lei nº 10.887/2004);
- É reajustada pelo índice de correção aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS;
- É denominada, quanto à natureza, vitalícia e temporária;
- São beneficiários vitalícios: o cônjuge; a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia; o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar;
- Quando não houver cônjuge ou companheiro(a), a pensão vitalícia pode ser concedida à mãe e ao pai que comprovem dependência econômica do servidor, à pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e à pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor;
- São beneficiários temporários: os filhos, ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez; o menor sob guarda ou tutela até 21 (vinte e um) anos de idade;
- Quando o servidor não tiver filhos, enteados ou menor sob guarda, a pensão temporária pode ser concedida ao irmão órfão, até 21 (vinte e um) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor, e à pessoa designada que viva na dependência econômica do servidor, até 21 (vinte e um) anos, ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.
- A pensão vitalícia corresponde a uma cota de 50% (cinquenta por cento), dividida, em cotas iguais, entre os beneficiários habilitados, que se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários;
- A pensão temporária corresponde a uma cota de 50% (cinquenta por cento), dividida em cotas iguais entre os beneficiários habilitados, que se extinguem ou reverterem por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário;
- Quando cessar a pensão temporária, a cota desta será revertida para a vitalícia e dividida entre os beneficiários habilitados;
- A pensão pode ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos;
- Não havendo problema com a habilitação do beneficiário, a portaria é publica em 05 dias úteis no DOU.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA REQUERER A PENSÃO:

- Requerimento, entregue pelo beneficiário à representação do Depes nas Regionais ou ao Depes/Dipar/Suate, em Brasília;
- Certidão de óbito do instituidor;
- Certidão de casamento;
- Comprovação de união estável;
- Sentença de separação judicial com percepção de pensão alimentícia;
- Laudo de invalidez;
- Prova de interdição ou curatela;
- Certidão de nascimento;
- Comprovação de guarda;
- Comprovação de dependência econômica;
- Cópia da Identidade e CPF dos beneficiários;
- Cópia da Identidade e CPF do servidor;
- Comprovante de conta-corrente individual;
- Comprovante de residência;
- Declaração de acumulação de pensão.



PECÚLIO DA CAPEC

A Caixa de Pecúlios do Banco do Brasil - CAPEC mantém plano de pecúlio para os servidores oriundos do Banco do Brasil associados àquela Caixa. O beneficiário deve dirigir-se à PREVI, ou à agência do Banco do Brasil onde o servidor mantinha a conta-corrente para:

- Confirmar se o servidor tinha feito adesão ao seguro em grupo;
- Verificar os beneficiários designados pelo servidor;
- Receber os formulários exigidos.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA REQUERER O PECÚLIO:

- Certidão de Óbito;
- Requerimento;
- Carteira de Identidade e CPF dos beneficiários;
- Carteira de Identidade e CPF do servidor;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento;
- Comprovante de residência;
- Informações bancárias dos beneficiários (Banco, agência e conta corrente).

SEGURO DE VIDA GRUPO - FENASBAC

A Federação Nacional das Associações dos Servidores do Banco Central - FENASBAC mantém um seguro de vida em grupo, facultativo, exclusivo para os associados. O beneficiário deve dirigir-se à ASBAC ou contatar a FENASBAC (0800-646-1055) para:

Confirmar se o servidor tinha feito adesão ao seguro;

Verificar os beneficiários designados pelo servidor;

Receber os formulários exigidos pela seguradora.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA SEGURADORA

Aviso de Sinistro (formulário da seguradora);

Formulário de Autorização de Pagamento (com assinaturas reconhecidas);

Certidão de Óbito;

Certidão de Casamento atualizada com a averbação do óbito;

Certidão de Nascimento;

Alvará Judicial (nos casos de filhos menores, determinando a quem e de que forma será paga a indenização);

Carteira de Identidade e CPF do servidor;

Carteira de Identidade e CPF dos beneficiários;

Comprovante de residência;

Informações bancárias dos beneficiários (Banco, agência e conta corrente);

Boletim de ocorrência policial (morte acidental);

Inquérito policial (morte acidental);

Laudo do IML (morte acidental);

Laudo de dosagem alcoólica e/ou toxicológico;

Carteira Nacional de Habilitação (no caso de acidente de trânsito, e se o segurado sinistrado for o condutor do veículo acidentado);

Comunicado de Acidente do Trabalho, quando for o caso.

Obs.: À seguradora, reserva-se o direito de solicitar documentação complementar.



PECÚLIO DA FENASBAC

A FENASBAC concede ao beneficiário designado pelo servidor associado, pecúlio correspondente a R\$ 3.000,00, hoje. Na falta de designação, o benefício é pago, sucessivamente: ao cônjuge; à companheira que comprove união estável; aos descendentes, na precedência da linha reta (filhos); aos ascendentes, na precedência da linha reta (pais); aos irmãos.

O beneficiário deve dirigir-se à ASBAC ou contatar a FENASBAC (0800-646-1055):

Confirmar se o servidor era associado;

Verificar os beneficiários designados pelo servidor.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA LIBERAÇÃO DO PECÚLIO

Certidão de Óbito;

Certidão de Casamento;

Certidão de Nascimento;

Carteira de Identidade e CPF do servidor;

Carteira de Identidade e CPF dos beneficiários;

Comprovante de residência;

Informações bancárias dos beneficiários (banco, agência e conta corrente).

SEGURO DE VIDA EM GRUPO DA AAFBB

A Associação dos Antigos Funcionários do Banco do Brasil - AAFBB mantém um seguro de vida em grupo, facultativo, para os associados. O beneficiário deve entrar em contato com a Associação (www.aafbb.org.br) ou dirigir-se à agência do Banco do Brasil onde o servidor mantinha a conta-corrente, para:

- Confirmar se o servidor tinha feito adesão ao seguro em grupo;

- Verificar os beneficiários designados pelo servidor;

- Receber orientações sobre os documentos exigidos pela seguradora.

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA O PAGAMENTO DO SEGURO:

- Certidão de Óbito;

Certidão de Casamento;

- Certidão de Nascimento;

- Carteira de Identidade e CPF do servidor;

- Carteira de Identidade e CPF dos beneficiários;

- Informações bancárias dos beneficiários (Banco, agência e conta corrente);

- Outros documentos solicitados pela seguradora.



INSCRIÇÃO NO PASBC

- O dependente habilitado à percepção da pensão por morte, desde que já inscrito pelo servidor no PASBC, pode, mediante adesão, ser inscrito como participante do Programa, sem direito à inscrição de dependentes;
- O filho em gestação à época do óbito do participante titular será admitido como participante pensionista mediante o seu reconhecimento como pensionista do titular;
- Os dependentes não reconhecidos como pensionistas podem ser mantidos no programa, na categoria de não presumidos, se um dos pensionistas habilitados assumir, no prazo de 30 dias da concessão da pensão, a responsabilidade pelas contribuições e pelos encargos decorrentes da utilização do Programa;
- A aceitação da continuidade como beneficiário do PASBC está condicionada à capacidade financeira de o pensionista responder, com recursos da pensão, pelos encargos decorrentes da responsabilidade assumida;
- Efetuada a inscrição, será fornecido ao pensionista documento de identificação como beneficiário do PASBC em seu próprio nome e em nome de cada dependente inscrito sob sua responsabilidade;





- O pensionista perde a condição de beneficiário, pela perda da pensão;
- O pensionista titular é obrigado a comunicar ao PASBC, de imediato, qualquer alteração cadastral que determine a perda da condição de beneficiário, inclusive de seus dependentes, hipótese em que deve devolver o respectivo cartão de beneficiário;
- A omissão da alteração cadastral constitui prática de irregularidade, passível de enquadramento no capítulo de irregularidades do Regulamento do PASBC, além de obrigar o pensionista a ressarcir o PASBC de todos os custos com benefícios concedidos no período da permanência irregular.



ORIENTAÇÕES DIVERSAS

- Verificar se o servidor tinha saldos de empréstimos/financiamentos (Banco do Brasil, Caixa Econômica, CENTRUS e outros) a pagar e se estes estavam cobertos por cláusula de quitação por morte;
- Havendo cláusula de quitação, requerer a liquidação do débito;
- Não havendo, a dívida será assumida pelos herdeiros;
- Verificar se o servidor tinha outros seguros que não os citados neste roteiro;
- O inventário dos bens seguirá as regras estabelecidas na Lei 11.441, de 04.01.2007;
- Procure um advogado da sua confiança. Ele lhe instruirá sobre a documentação e os procedimentos necessários para a abertura do inventário. Em algumas regionais do Sinal existem advogados que podem prestar esse serviço com desconto.



Senadora Vanessa Graziottin e deputado Wilson Lisboa coordenam a mesa da audiência pública na Assembleia Legislativa do Amazonas, primeiro evento do Poder Legislativo a abrir uma Assembleia Nacional Deliberativa (AND) do Sinal, nos seus 26 anos de fundação, a cinco meses do 50º aniversário do Banco Central do Brasil, a ser completado em março de 2015.

Mais uma vez em seus 26 anos de fundação, o Sinal mostra seu papel de vanguarda no movimento de servidores. Sua XXVI Assembleia Nacional Deliberativa (AND), realizada de 3 a 9 de novembro em Manaus, com o tema central, **“Rumos do Sindicato”**, foi aberta com audiência pública do Poder Legislativo do Estado do Amazonas, maior unidade federativa do país. O debate, **“Pela Criação de uma Regional do Banco Central no Estado do Amazonas”**, foi requerido pela senadora Vanessa Graziottin e o deputado estadual Wilson Lisboa, ambos do PCdoB amazonense.

O evento, primeiro na história das ANDs, lotou o Plenário Rui Fabiano da Assembleia Legislativa

do Estado do Amazonas (Aleam). Manaus, atualmente com mais de 2 milhões de habitantes, sétima mais populosa e a sexta mais rica capital, abriga o polo industrial mais promissor da Região Norte.

Parlamentares de três estados, como o deputado estadual Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), ex-prefeito de Belém, empresários, representantes do setor financeiro – bancos e cooperativas de crédito – e dirigentes do Sinal debateram por quase três horas a ausência e a necessidade de uma seção da autarquia para o atendimento aos cidadãos e para fortalecer a economia local e regional. Rodrigues representou, na mesa da audiência, e no encontro do Sinal, a Frente Parlamentar em Defesa do Banco Central na Amazônia, criada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Pará. A regional do BCB de Belém, única nos 50% do território nacio-

nal que formam a região, inspirou o ponto central da AND de 2012: a valorização das regionais do Banco Central do Brasil. Belém conta hoje com apenas 61 funcionários, para acompanhar sete estados, de capitais bem distantes entre si.

Ainda no encontro, Grazziotin se propôs a encaminhar pedido de audiência pública no Senado, com a participação, caso atenda ao convite, do presidente Alexandre Tombini, já confirmado para continuar à frente do Banco Central no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, a partir de 1º de janeiro.

Os delegados encerraram as discussões do encontro – rumos do sindicato e do movimento sindical, política salarial, gestão do trabalho e qualidade de vida – na noite de sábado, 8, com propostas a serem defendidas e executadas pela nova direção executiva (Direx), a ser eleita em maio, para o biênio 2015-2017.



No centro da maior floresta tropical do mundo, Manaus encontra-se na confluência dos rios Negro e Solimões. Suas águas formam o rio Amazonas, o maior do mundo. Após seu encontro, caminham lado a lado por quilômetros, sem se misturarem. Isso ocorre porque as águas do Solimões são mais frias que as do Negro, dificultando a mistura. E também pelo Solimões descer um pouco mais rápido, contribuindo para que as lentas águas dos dois rios mantenham-se por um bom tempo separadas, em direção à sua foz no Oceano Atlântico, próximo a Macapá.

Hoje com sua região metropolitana abrigando quase 2,5 milhões de pessoas, Manaus foi fundada pelos portugueses em 1669, com a elevação do forte de São José do Rio Negro. Em 2008, a revista América Economía apontou-a em 30º lugar no ranking do ramo dos negócios, à frente de Assunção, Caracas e La Paz. Elevada à vila em 1832 com o nome de Manaus em homenagem aos índios manaus, passou a ser chamada Cidade da Barra do Rio Negro em 1848, retornando ao seu nome original em 1856.





Em defesa do Banco Central

Com ampla cobertura da mídia, o encontro nacional do sindicato, além de trazer à luz problemas referentes à fiscalização insatisfatória, à falta de ação local para o incentivo à inclusão bancária, ao atendimento inadequado às cooperativas de crédito e ao consumidor bancário, ampliou a denúncia da falta de troco para o comércio, e, em especial, para a população mais carente, prejudicada no recebimento integral de seus benefícios.

O Sinal também ouviu reclamações de industriais do Polo devido à necessidade recorrente de viajar a Brasília para a solução de problemas operacionais junto aos bancos.

A falta de moedas, que já atinge outras regiões do país, e de notas de pequeno valor, em prejuízo do comércio, motivou um encontro, na manhã do dia 6, entre o presidente do Sinal, Daro Piffer, e o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor na Câmara Municipal de Manaus, Álvaro Campelo, que requer providências imediatas por parte da autarquia.



Delegados discutem Estrutura de Poder do Sinal, tema do Grupo 2, coordenado por Aparecido Sales (São Paulo).



Delegados “Banco Central: Autonomia, Descentralização e Desenvolvimento Equilibrado”, com palestra do deputado Edmilson Rodrigues, representante da Frente Parlamentar paraense em defesa da autarquia no encontro do Sinal. O debate, na tarde de 3 de novembro, contou ainda com a participação do presidente da Fenafirc, Ogib Teixeira.



Delegados em minuto de silêncio em homenagem a Luiz Alberto Pereira, um dos fundadores do Sinal, sempre presente na luta dos servidores. O falecimento do colega foi comunicado pelo presidente da Regional SP, Aparecido Sales.



A ausência de um representante do Banco Central para discutir a importância da autarquia para o desenvolvimento econômico da maior região do país, foi lamentada por todos que compareceram à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas para debater a instalação de uma agência em Manaus.

“O esvaziamento do Banco Central é visível, sobretudo na falta de atenção do governo federal para com a população amazônica. É necessário renovar e reforçar a luta pelo fortalecimento do Banco Central, com a melhoria e a expansão das estruturas físicas, inclusive, com a implantação de escritórios regionais em todo o território brasileiro, mas também o fortalecimento dos servidores públicos, enquanto uma carreira de estado que não pode se submeter a interesses políticos. Os funcionários têm que ter o quadro ampliado e serem qualificados e bem remunerados, inclusive, com a criação de um Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).”

(Deputado estadual Edmilson Rodrigues, do PSOL paraense, eleito deputado federal).

No dia seguinte à reunião na Assembleia Legislativa do Amazonas, o parlamentar apresentou requerimento na Assembleia do Pará para a criação de uma Comissão Externa pelo Fortalecimento do Banco Central na Região Amazônica. Afrimou ainda que, na Câmara, defenderá a formação de uma Frente Nacional, do Congresso. “Um importante espaço de articulação suprapartidário capaz de funcionar como instrumento de pressão para o fortalecimento do Banco Central”, ressaltou.

“A existência dessa instituição vai trazer uma fiscalização mais eficaz, desburocratização e facilidade no acesso do sistema financeiro do BC no Estado.”

(Deputado Wilson Lisboa, líder do PCdoB na Alem, autor do requerimento da audiência na Alem,

em parceria com a senadora Graziottin.)

Nos dias seguintes ao histórico evento, a plenária, formada por 84 delegados eleitos em todas as regionais, passou a discutir os rumos do sindicato, primeiramente avaliando as propostas oriundas do grupo 1 que, resumidamente, tratou das atividades, dos objetivos e do custeio do sindicato.

O segundo grupo tratou da organização e da forma de participação da categoria nas diversas instâncias do sindicato e, ao final, foi discutida a campanha salarial e a pauta de reivindicações para os próximos anos, tendo sido eleita, na AND, uma delegação para participar do Seminário dos Servidores Públicos Federais, realizado de 14 a 16 de novembro, em Brasília.

Diferentemente das últimas ANDs, esta exauriu, no início da noite de sábado, dia 8, a pauta proposta, sem estender as votações noites adentro e sem a necessidade de uma nova rodada de complementação.

Foi de fundamental importância a organização, a participação dos conselheiros e filiados nos grupos de discussão, com ideias e propostas, a dedicação dos coordenadores e relatores dos grupos e o elevado espírito colaborativo de todos os delegados.

Também participaram da audiência na Alem, os deputados estaduais Adjuto Afonso (PP-AM), Zequinha Araújo (PMDB-RO), os presidentes dos sindicatos das Cooperativas da Região Norte, José Mercher, e dos Administradores do Estado do Amazonas, Orlando Ferreira Cruz, e os gerentes regionais do Banco da Amazônia (Basa), Raquel Brusamarello, e da Caixa Econômica Federal (CEF), Paulo Escocio.

ASBAC-BH



Um recanto para o lazer e a amizade

Antigo anseio dos funcionários, o Clube da Associação dos Servidores do Banco Central (Asbac), em Belo Horizonte, tomou forma em 1998, em terreno cedido pela autarquia a título de comodato. Nele, os filhos de muitos servidores cresceram, e, mais tarde, seus netos e até bisnetos, propiciando, em alguns domingos, o encontro de quatro gerações de um associado aposentado.

O clube está localizado na Rua dos Dominicanos, 105, no tradicional bairro de Serra, divisa com o Mangabeiras, conhecido pelas suas riquezas naturais como o Parque das Mangabeiras e a belíssima Serra do Curral, pontos turísticos imperdíveis da capital mineira. De um ponto determinado desse bairro, consegue-se ver a mais linda vista da cidade.

A diretora social, Marília Prado, lembra que o clube é um “pulmão” em meio aos prédios da região, com muitas árvores que formam uma área verde única nas redondezas. “Quem está em um quiosque, sob

as árvores, curtindo a calma do lugar, se esquece de que, lá fora, há trânsito intenso e grandes construções”, conta.

Por sua localização central, pode ser usado à noite, como o faz a Turma do Truco, há mais de vinte anos, em seus encontros das quartas-feiras, e, mais recentemente, os que participam das aulas de dança de salão, nas terças-feiras.

Reformas

O clube vem passando por mudanças estruturais, da reposição de telhas ao conserto de equipamentos, como o escorregador e balanços. Foram reformados o salão de jogos, o muro e a área da piscina, com a troca de azulejos quebrados, reposição de pedras São Tomé do piso, conserto do escoamento da ducha, substituição dos guarda-sóis e da capa térmica e a revisão da casa de máquinas (troca de areia do filtro, reparos em todas as bombas e motores, substituição do painel de fusíveis).

As jardineiras receberam mudas e os quiosques novos revestimentos de piaçava, instalações elétricas e hidráulicas, nova pedra da bancada, cobertura de buracos nos caminhos de acesso, grelhas e espetos, além de outra série de arrumações de embelezamento para o ambiente sempre acolhedor.

Diferenciais

- . Os sócios têm acesso a jornais, periódicos e aos livros que compõem o acervo da biblioteca, instalada no prédio do Banco Central.
- . Poderá usufruir dos serviços oferecidos pela Fenabac (consórcio, empréstimo, entre outros).
- . Obterá preços especiais de todos os conveniados da Asbac-BH, que vão desde farmácia até academia.
- . Poderá frequentar o clube, que se reveste de características especiais, comparado aos similares.
- . Clube frequentado basicamente pelos funcionários e seus familiares. A Asbac-BH restringe o número de sócios contribuintes (aqueles que não têm vínculo com o BCB).

Serviços

- . Praça do Papa - Mirante Mangabeiras - Serra do Curral - Parque das Mangabeiras - Praça da Bandeira
- . “Néctar da Serra”, restaurante. Rua do Amendoim. No horário do almoço há um *buffet self service* com diversas delícias e opções para manter uma alimentação saudável e balanceada.
- . “No Arco da Lapa”, restaurante. Rua Estevão Pinto, 1.290, um ótimo local para almoçar, curtir um *happy hour* ou à noite, com música ao vivo de qualidade.

Todos bem pertinho da Asbac, a menos de cinco minutos de caminhada.

(Informações: Marília Prado, diretora social da Asbac-BH)





Servidores do Banco Central rumo ao topo do Executivo!

Comissão Especial da Câmara aprova PEC 147/2012

Na quarta-feira, 10 de dezembro, na Câmara dos Deputados, os servidores do Banco Central, entre outras carreiras de Estado, obtiveram uma grande vitória, avançando um pouco mais em sua caminhada “rumo ao topo do Executivo”. A Comissão Especial da Casa, destinada a analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 147/2012, do deputado Amaury Teixeira (PT-BA), que fixa parâmetros para a remuneração dos ocupantes de cargo de nível superior do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, carreiras do sistema financeiro, aprovou relatório do deputado Mauro Benevides (PMDB-CE).

O texto estabelece que o subsídio de “grau ou nível máximo” dos ocupantes de cargo de nível superior corresponda a 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

O diretor de Relações Externas do Sinal, Luís Carlos Paes de Castro, acompanhou toda a sessão, que ainda analisou e aprovou os textos das PECs 391/2014 (carreiras do Fisco) e 443/2009 (carreiras jurídicas), que também tratam de remunerações.

Vale lembrar que esse resultado é fruto de uma luta iniciada em 2011, a partir de audiências públicas em várias regiões do país, com o objetivo inicial de inclusão dos servidores do Banco Central e auditores da Receita Federal e do Ministério do Trabalho

no mesmo nível das carreiras jurídicas, por meio da PEC 443. Não sendo possível os especialistas do BCB estarem naquela PEC, que estava caracterizada por ter somente carreiras jurídicas, a solução foi propor uma nova.

Obedecendo ao trâmite legal, as propostas, agora, estão prontas para a votação, em dois turnos, no plenário da Câmara dos Deputados.

Câmara aprova PEC 170/2012

Na terça-feira, 16 de dezembro, os servidores públicos obtiveram uma importante vitória. Por unanimidade, o plenário aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 434/2014, apensada à PEC 170/2012, que garante e unifica as regras de aposentadoria integral por invalidez ao servidor público. As duas proposições são de autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ). O primeiro turno de votação da proposta ocorrera no mesmo dia da aprovação da PEC 147/2012 - 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

A PEC segue agora para o Senado para ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) e, posteriormente, para votação, também em dois turnos, no plenário.



O Sinal, desde o início, apoia e acompanha a tramitação da proposição. Em março de 2014, o presidente do Sinal, Daro Piffer, integrou a mesa da audiência pública na Comissão Especial da PEC. Na foto, Piffer (primeiro à esquerda), o diretor nacional de Comunicação do Sinal, Gustavo Diefenthaler, o presidente da comissão, deputado Alexandre Roso (PSB-RS), o representante do Sinal RJ, Laerte Porto, e o presidente do Sinal Brasília, Max Meira, com a deputada Andreia Zito, autora da proposição.



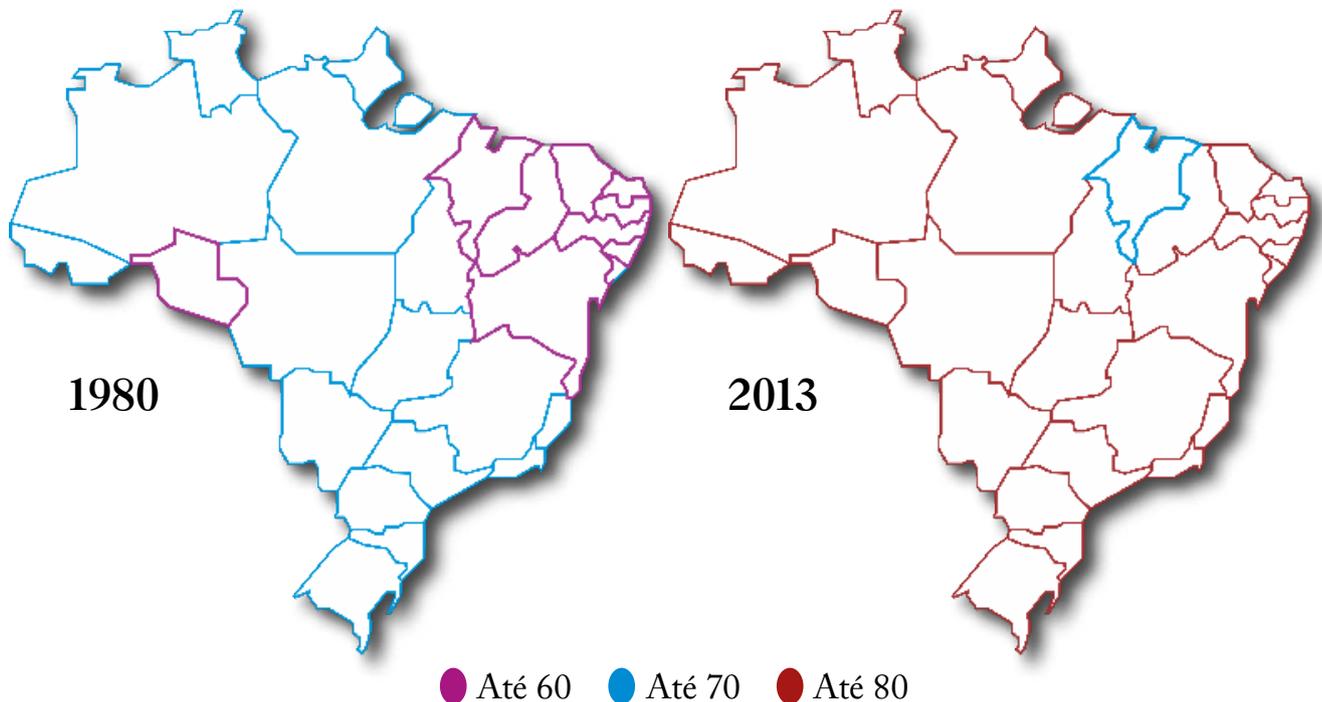
Homens brasileiros estão vivendo mais

O ano termina com boa notícia para a população masculina: aumentou a expectativa de vida dos homens no país.

Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 1º de dezembro, aponta 78,6 anos para as mulheres e 71,3 para os homens no ano passado. Já a expectativa de vida das mulheres diminuiu quase na mesma proporção, de 78,6 para 78,3 anos, em relação aos dados das Tábuas Completas de Mortalidade do Brasil 2013, na comparação a 2012.

Na totalidade, a média de vida da população aumentou três meses e 25 dias. Se em 2012 a expectativa era de 74,6 anos, em 2013, os brasileiros esperavam alcançar os 74 anos, dez meses e 24 dias de vida.

Expectativa de vida nas unidades da Federação





Ações Judiciais: balanço e perspectivas

Jordan Alisson Pereira / Diretor de Assuntos Jurídicos do Sinal

O ano de 2014 demandou muito esforço do Sinal na finalização dos termos de acordo sobre o reajuste de 28,86% (1).

Após várias reuniões do Grupo de Trabalho (GT) de redução da litigiosidade, conseguimos definir os termos do acordo, que abrangerá:

- a remuneração do período de janeiro/1993 a novembro/1996;
- correção monetária;
- juros moratórios;
- aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal;
- necessidade de homologação judicial dos termos do acordo, com pagamento por Requisição de Pequeno Valor – RPV ou precatório, de acordo com a situação individual do beneficiário;
- possibilidade dos representados pelas ações do Sinal continuarem nas ações, não aderindo ao acordo.

Apesar de essa fase estar concluída desde julho/2014, os termos do acordo ainda não foram enviados ao Ministério da Fazenda para autorização.

O Sinal tem insistido junto ao GT a necessidade de envio imediato, mas tem notícia de que existe um impasse na Diretoria do Banco sobre os diretores serem beneficiados ou não pelo acordo. Isso é inadmissível. O interesse de poucos diretores não pode superar o interesse de toda a categoria.

O Sinal continua firme na luta para o envio e se prepara para o grande desafio da negociação: a autorização do Ministério da Fazenda. Nesta próxima fase, mais do que aspectos técnico-jurídicos do assunto, entrarão em cena aspectos políticos na busca pelos recursos necessários ao pagamento do acordo.

Paralelo a isso, recentemente iniciamos as negociações para um possível acordo sobre o reajuste de 11,98% (2). Ainda em fase inicial, o Sinal e a PGBC estão fazendo o levantamento de dados das ações judiciais sobre o assunto (quantidade de ações e beneficiados; situação das ações; perspectivas jurisprudenciais, etc).

Também pleiteamos que o cumprimento da recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, no Mandado de Segurança do Sinal sobre a incorporação de quintos, seja feita administrativamente, de maneira célere, com o trabalho conjunto do Sinal e do Banco.

A injusta tentativa do Banco de cobrar a devolução do FGTS referente ao período de 1993 a 1996 sacado legitimamente pelos servidores também foi objeto do trabalho do Sinal em 2014. Conseguimos decisão favorável aos servidores, no Mandado de Segurança coletivo impetrado pelo Sinal na Justiça Federal, para impedir a cobrança.

Em 2015 trabalharemos muito para conseguirmos a autorização do Ministério da Fazenda para o acordo de 28,86%; para a definição de um acordo sobre os 11,98%; para o pagamento imediato dos décimos e quintos; para a consolidação de nossa vitória contra a cobrança do FGTS; e para agilizarmos, apesar da morosidade do Judiciário, as decisões em todas nossas ações judiciais, que são 1.728 até o momento.

Acompanhe as notícias sobre esses e outros assuntos nos informativos do Sinal. Participe das reuniões com a Diretoria Nacional do Sinal, que tem acontecido em todas as regionais. Unidos teremos força para assegurar nossos direitos.

(1) Diferença entre o reajuste concedido aos servidores militares e aos servidores civis no ano de 1993.

(2) Reajuste decorrente da aplicação de critérios incorretos na conversão dos salários pela URV.



Com sua mãe, Eunice



No garimpo da vida



Com seu filho, Thiago

Adriane Moraes / Banco Central - Recife

Difícil falar sobre si mesmo, mas costumo me definir no que busco. Família, boas amizades, ler um bom livro, curtir um bom programinha cultural, conversas jogadas fora ou daquelas que necessitam ser bem guardadas, degustar um bom vinho, atividade física, natureza, dentre outros, são alguns elementos que me compõem.



Ingressei no Banco Central em julho de 2000, por meio do concurso para analista, área contábil-financeira. Tomei posse em Brasília e lá permaneci por um ano e seis meses, na área de fiscalização, divisão de processo administrativo. Foi um período excelente, apesar da distância da família, consegui somar excelentes amigos. Em 2002, de volta à minha cidade, Recife, continuei na fiscalização, no departamento de prevenção à lavagem de dinheiro – Decif (1) que, posteriormente, teve a nomenclatura alterada para Decic (2). E, novamente, ganhei muito com a vivência e aprendizado. Vários desafios, nos acertos e desacertos.

Em dezembro de 2008, concluí a graduação em direito e, aproveitando período de mudanças no Decic, em que a redução do quadro era uma realidade, solicitei transferência para a Procuradoria, também em Recife. Nessa área permaneci por um ano e oito meses. Atividades bem diferentes daquelas em que estava habitu-

ada a desempenhar, e por isso só tenho a agradecer, aprender e apreender é sempre muito dignificante.

Em dezembro de 2010, recebo convite para retornar à fiscalização, dessa vez para fazer parte do quadro do Desuc (3). Aceitei e até hoje estou por lá, no desafiador universo do não bancário.

Neste processo profissional, também me agreguei às lutas do Sinal, não apenas como filiada, mas na composição da diretoria do Conselho Regional em Recife, nos biênios 2005-2007 e 2007-2009. Foram momentos difíceis, pois não tinha hábito no enfrentamento público de tantos embates, considerando a árdua campanha que foi a de 2005, e até por isso bem ricos em aprendizado e amadurecimento, especialmen-

te quando se encara com consciência a ainda difícil conquista relacionada à expressão UNIDADE dentro do Banco Central do Brasil. Mas é assim, a cada dia um novo dia, e torço sempre para que o sindicato consiga melhorar/renovar/avançar, considerando a realidade de toda a base que o compõe.

No campo pessoal as mudanças também seguem o seu movimento, claro.



Na AND de Belém, com Aljohn e Breno





Ainda em Brasília, lá nos idos 2000, fiz um curso de roteiro para cinema, vinculado ao Cine Brasília. Ah!! Nessa atividade, descobri que para a criatividade humana não há limites. Conheci pessoas interessantes e interessadas. Na nossa junção, várias risadas foram muito bem vividas e transformadas em contos, crônicas, histórias e histórias. De lá pra cá, tenho continuado a alimentar esse lado, que, aos poucos, sigo garimpando, pois a arte da escrita nos exige exposição de coisas nossas em vários fatos e personagens.

No físico, em março 2012, recebi um resultado preocupante de alteração da taxa da glicose. Pois é! Herança do meu pai. Estava pré-diabética. Após o susto, resolvi entrar com mais ênfase nas atividades físicas, às quais sempre fui praticante, mas talvez não de forma suficiente.

E foi assim que a possibilidade de me inserir nas corridas de ruas começou a me atrair. De repente fiquei sabendo que vários colegas bacenianos corriam; que tantos outros amigos corriam. E de lá para cá não parei mais. Não possuo palavras para o bem que tal atividade me faz. Ah! E quanto à taxa da glicose? Na base dos elogios, meu povo! Participei de corridas em alguns lugares, dentro e fora do Brasil. A energia é indescritível. É um esporte coletivo e solitário, pois EU sou a minha única concorrente. Cruzar a linha de chegada é um renascer a cada proposta de bem-estar!



1. Departamento de Prevenção a Ilícitos Financeiros e de Atendimento de Demandas de Informações do Sistema Financeiro (Decic)
2. Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros (Decif)
3. Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (Desuc)

Ah! Para quem tiver curiosidade de ver o meu garimpar na escrita, eis o endereço do meu blog:
<http://drica-carpediem.blogspot.com.br>

Comissão Mista aprova Projeto de Lei de Greve

– ou será Lei Antigreve?

A Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal, composta por parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados, aprovou em 11 de novembro, relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a regulamentação do direito de greve do servidor público. A matéria, que posteriormente à votação foi convertida no PLS – Projeto de Lei do Senado nº 327/2014, será primeiramente apreciada pelo plenário do Senado, onde poderá sofrer emendas em um período muito exíguo, apenas duas sessões, e, se aprovada, encaminhada à Câmara.

Na triste realidade, o texto aprovado, mais que regulamentar, na prática, retira o direito à greve do servidor público, numa clara afronta ao texto constitucional.



(Foto: Moreira Mariz / Agência Senado)

Senadores Agripino Maia (DEM-RN), Romero Jucá (PMDB-RR) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), durante sessão da comissão

A comissão, presidida pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), não incorporou sugestões apresentadas pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras de Estado (Fonacate), nem os entendimentos já havidos na Comissão Bipartite Governo-Servidores, que visa a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A pressa pela aprovação da matéria na Comissão foi tamanha, que o deputado Eduardo Rodrigues (PSDB-MG), por exemplo, retirou imediatamente o seu pedido de vistas, após uma “reprimenda” do autor do PLS inspirador do relatório, o senador Aloysio Nunes Ferreira (SP), de seu partido.





Como justificativa para a correria, o senador Jucá afirmou ser necessário dar celeridade à regulamentação de artigos constitucionais, na fila desde 1988, muito embora em outra ocasião, em reunião com representantes sindicais, tenha dito que o assunto, que já esperou 25 anos para começar a ser discutido, deveria levar o tempo que fosse necessário para que se chegasse a um consenso antes da votação.

Destaque-se que a mesma comissão, passou ao largo de outros artigos na mesma condição, tão ou mais importantes, como o 192, que trata do sistema financeiro nacional, e o que se refere ao exame analítico e pericial da auditoria da dívida pública.

Há, pelo menos, dois abusos no texto aprovado, desmistificadores do argumento do parlamentar sobre a liberdade de uso, pelos servidores, do exercício do direito de greve: a necessidade de os grevistas apresentarem um plano de continuidade dos serviços, obrigação esta que, indubitavelmente, cabe ao órgão público responsável por eles e o percentual de comparecimento obrigatório durante a greve – ridiculamente alto – de 60% nos serviços essenciais e 40% nos demais setores.

O modelo prevê também que, em caso de insucesso nas negociações posteriores à deflagração da greve, métodos alternativos poderiam ser tentados antes da judicialização do pleito: uma comissão de mediação ou de arbitragem, de confiança (sic) das partes envolvidas, seria chamada a proferir sua avaliação. Difícil imaginar qualquer eficácia desta medida.

A greve não é o princípio, a greve é uma consequência.

Não cabe discutir greve enquanto não se discutir como se dará a negociação coletiva visando a revisão anual dos salários dos servidores públicos, outro preceito constitucional não regulamentado, este sim de fundamental importância, que deveria estar na ordem do dia da comissão.

Caminhos tortuosos que nos fazem defrontar com uma realidade muito preocupante!

O Estrangeiro, de Albert Camus, em quadrinhos

Passou quase despercebida a publicação da versão em quadrinhos da obra *O Estrangeiro*, de Albert Camus, em 2013, pela Companhia das Letras, uma adaptação do artista Jacques Ferrandez. O álbum integrou as homenagens ao centenário do autor franco-argelino, no ano passado.



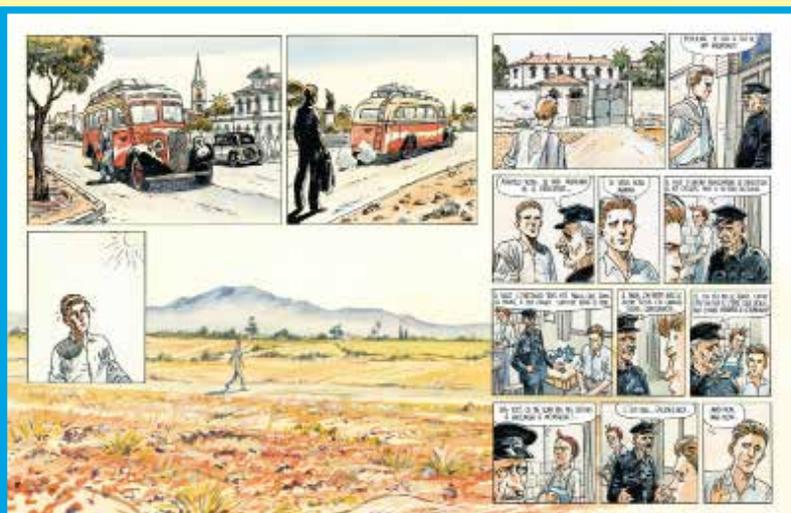
Um dos maiores escritores da língua francesa de todos os tempos, Camus nasceu em Mondovi, hoje Dréan, na costa da Argélia, então colônia francesa, em 7 de novembro de 1913, e morreu na comuna de Villeblevin, na região de Borgonha, França, em 4 de janeiro de 1960, vítima de acidente de automóvel.

Camus, também autor de *A peste* (1947) e *A queda* (1956), foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura de 1957 “por sua importante produção literária, que, com seriedade lúcida ilumina os problemas da consciência humana em nossos tempos”.

Também dramaturgo e filósofo, o escritor, como jornalista, engajou-se na Resistência Francesa contra a ocupação nazista e nas discussões do pós-guerra. Ainda na Argélia, enfrentou a fome e a miséria, fatores tratados em sua obra, que envolve, além da guerra, o sol.



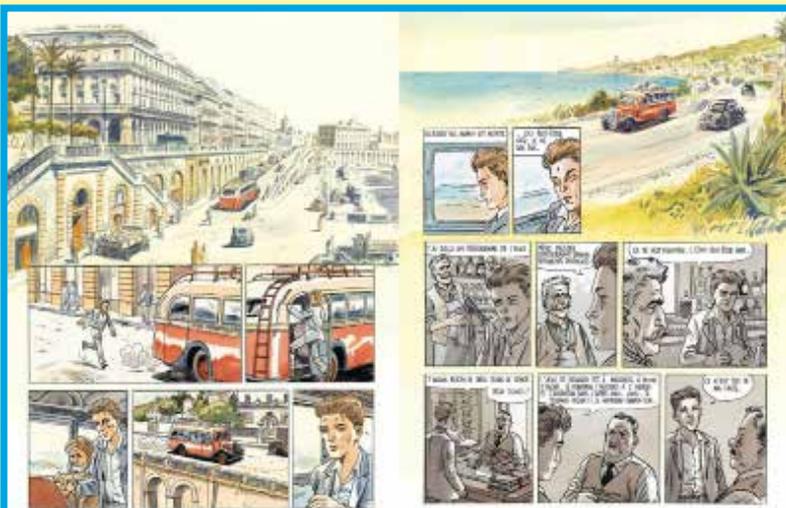
Amante do futebol – foi goleiro da seleção universitária, e dos bons –, um de seus primeiros pedidos, quando esteve no Brasil, em 1949, foi o de assistir a uma partida. Visitou o Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, acompanhado do modernista Oswald de Andrade, entre outros, onde conheceu a festa do Senhor Bom Jesus de Iguape. Como todos os hotéis encontravam-se lotados, hospedaram-se em apenas um quarto do hospital “Feliz Lembrança”. Essa viagem inspirou-lhe no con-



Jacques Ferrandez, nascido na capital, Argel, em 1955, é especialista nos acontecimentos da Argélia do período colonial e na obra de Albert Camus. Segundo a crítica, a luminosidade de suas aquarelas e a riqueza de seus cenários demonstram, de fato, que se trata de um profundo conhecedor da obra de seu conterrâneo e de sua ambientação, capaz de reconstruir a narrativa com força e fidelidade e de dar conta de sua dimensão simbólica, sem suavizar seus mistérios.

to *A pedra que brota*, de seu livro *O Exílio e o Reino*. Dizia-se que a pedra, sobre a qualromeiros colocaram a imagem de Bom Jesus, encontrada na Praia do Una, na Juréia, em 1674, estava sempre do mesmo tamanho, embora os fiéis, que acreditavam nos poderes do santo, tiravam-lhe lascas.

Camus, cuja obra integra a estética do absurdo, movimento que engloba, além da literatura, o teatro, artes plásticas e a filosofia, fala como poucos das angústias e conflitos de seu tempo, com uma escrita universal.



Camus e a arquiteta Lina Bo Bardi, em 1949, na casa de Oswald de Andrade. O autor visitou o Brasil durante um programa do governo francês para estreitar relações diplomáticas e culturais com os países da América do Sul



Você sabia? *A Revolta dos Dândis*, canção do grupo gaúcho *Engenheiros do Hawaii*, é inspirada no livro *O Homem Revoltado*, de Camus. Publicado em 1951, é considerado uma das mais importantes críticas ao autoritarismo.

EM 2015 A FENASBAC CONTINUARÁ CUIDANDO DO SEU PRINCIPAL TESOURO: VOCÊ.

UM NOVO ANO SE APROXIMA RECHEADO
DE PLANOS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Para a Fenasbac, porém, o foco será o mesmo: continuar buscando melhorias e vantagens para você e sua família, auxiliando na realização de seus sonhos e de suas conquistas. Em 2015, completaremos 50 anos de atuação e queremos você ao nosso lado para comemorarmos esse marco tão importante. Não conseguiríamos ter chegado até aqui sem nossa principal razão de existência.

A você e sua família, a Fenasbac deseja um Natal farto, alegre e unido e que o ano que se aproxima seja próspero e repleto de conquistas.

Continue contando com a Fenasbac para tornar o seu 2015 ainda melhor. Boas festas!

Fenasbac
Federação Nacional de Associações
dos Servidores do Banco Central

www.fenasbac.com.br 0800-646-1055

INSTITUTO FENASBAC - EMPRÉSTIMO PESSOAL - SEGUROS - CONSÓRCIOS

SINAL
SINDICATO NACIONAL DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL